



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

**MEMÓRIA DO VIII ENCONTRO CATARINENSE DE SAÚDE MENTAL**

**PERÍODO:** 03 a 05 de novembro de 2009

**LOCAL:** Centro de Cultura e Eventos-Universidade Federal de Santa Catarina-Florianópolis

**TEMAS TRATADOS:**

- Desinstitucionalização: conceitos e perspectivas;
- Novos momentos da (des)institucionalização: atenção em dependência de álcool e outras drogas;
- As relações sociais a partir de novas contratualidades: cidadania e autonomia;
- Participação dos movimentos sociais no processo de desinstitucionalização;
- Saúde Mental e Direitos Humanos;
- Processos de desinstitucionalização em hospitais de custódia;
- Reforma Psiquiátrica: processo social e promoção da Cidadania;
- A reformulação do modelo de atenção em saúde mental: experiências de desinstitucionalização;
- Os desafios de SC para atingir 100% de acessibilidade;
- Processo de desinstitucionalização no IPq/SC (Instituto de Psiquiatria);
- Saúde Mental para além do CAPS: SRT(Serviço Residencial Terapêutico), Pensão Protegida, Centros de Convivência e Cultura e outros dispositivos de rede;
- A infância, a adolescência e a Saúde Mental;
- As várias faces da desinstitucionalização: expressões e narrativas;
- Novos pontos na malha da rede na atenção à crise: CAPS ( Centro de Atenção Psicossocial) III, Leito Psiquiátrico em Hospital Geral, Emergência Psiquiátrica;
- A rede de atenção em saúde mental e a consolidação do SUS;
- Pedagogia da solidariedade;
- Atenção à Crise;
- Diretrizes do NASF ( Núcleo de Atenção à Saúde na Família);
- Trabalho com famílias;
- Estratégias clínicas;
- CAPS e Atenção Primária;
- Assembléia Geral da Abrasme( Associação Brasileira de Saúde Mental)

**PARTICIPANTES:**

- Usuários, familiares e trabalhadores que representam as organizações civis dos serviços de saúde mental;
- Gestores do serviço público;
- Professores e pesquisadores da UFSC ( Universidade Federal de Santa Catarina);
- Psicólogos representantes do Conselho Regional de Psicologia-SC;
- Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão de SC;
- Servidor do Ministério Público Federal ( Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão).

## RELATO:

1. Inicialmente houve uma mesa redonda sobre a desinstitucionalização: conceitos e perspectivas, onde Renato di Renzo ( da ONG Tam-Tam, Santos/SP) expõe o trabalho da organização que é realizado com arte na tentativa de reinserir pessoas na sociedade. Patrícia Martins ( da Associação NAPS- Núcleo de Atenção Psicossocial Ponta do Coral) falou a respeito da importância da desinstitucionalização. Fez algumas reivindicações: Florianópolis necessita de Centro de Atenção Psicossocial (CAPS III), Santa Catarina de leitos psiquiátricos em hospital geral, implantação de Centros de Convivência e Cultura e Serviços de Residência Terapêutica em Florianópolis. Afirma que só fechar hospital psiquiátrico não soluciona o problema e isso não é desinstitucionalização. “Queremos acabar com o preconceito”. Solicita que o valor do Benefício de Volta para Casa seja revisto e passe de R\$ 240,00 para um salário mínimo. Já Luciano Elia(UERJ) abordou a questão de uma forma mais conceitual;

2. O grupo “Terapeutas da Alegria” ( Doutores da Alegria) se apresentou com uma peça teatral com o objetivo de sensibilizar as pessoas sobre a desinstitucionalização, vídeo que ficou de ser enviado para a PFDC;

3. Vários simpósios aconteceram onde os participantes do Encontro puderem escolher qual participar:

- Novos momentos da (des)institucionalização: atenção em dependência de álcool e outras drogas;
- As relações sociais a partir de novas contratualidades: cidadania e autonomia;
- Participação dos movimentos sociais no processo de desinstitucionalização;
- Processos de desinstitucionalização em hospitais de custódia;
- Saúde Mental e Direitos Humanos, esta palestra foi proferida pela Procuradora Regional dos Direitos dos Cidadãos - Dr<sup>a</sup> Analúcia de Andrade Hartmann que explanou sobre a atuação do MPF em saúde mental. Nesse momento um representante dos usuários dos serviços de saúde mental do Amazonas colocou sua preocupação com a judicialização da saúde mental e que isso atrapalha muito o andamento da correta aplicação da Lei 10.216/2001. Denunciou, sem apresentar provas, que existe desvio de recursos públicos em seu estado. Afirmou que deve haver mais audiências públicas no estado. Outra denúncia, no mesmo estado: “que muitos CAPS têm cheiro de hospício”. Afirmou que continua existindo neles a coação moral dos hospitais psiquiátricos, inclusive a contenção física a pacientes para acalmá-los. Outra denúncia no Amazonas: CAPS cadastrado como III funcionando como I. Dr<sup>a</sup> Analúcia Hartmann sugeriu que fosse realizadas audiências públicas em SC sobre Saúde Mental, inclusive com a presença de juizes. Baseado nessa sugestão os representantes da Sociedade Civil Organizada constituíram um grupo de trabalho a fim de contribuir na organização de audiências públicas acerca das questões referentes à saúde mental cujo documento deve ter seguido para PRDC ( questão definida em plenária no último dia do Encontro);

4. Houve várias oficinas de trabalho por segmento: trabalhadores, familiares, estudantes, pesquisadores, usuários e gestores. Todos trataram sobre diversos assuntos e depois foi levado ao grande grupo para debate ; denúncia de usuário: falta CAPS III no Rio de Janeiro; Décio Alves, representante da Prefeitura de São Bernardo do Campo, expôs um projeto de geração de renda para os usuários do serviço de saúde mental, onde cria emprego para “Cuidadores” de pacientes dependentes de álcool e outras drogas. Esse projeto já conta com 28 beneficiários protegidos pelo regime CLT. Constatou-se o protagonismo dos usuários, necessidade de geração de renda, inclusão de renda e formação política;

5. Na abertura oficial do evento, o Coordenador do CAPS Ponta do Coral em Florianópolis, representando o Prefeito de Florianópolis, comprometeu-se a criar um CAPS III nesse município, um Centro de Convivência e Cultura e implementação de Projetos de Geração de Renda. Representante da Secretaria da Cultura, também presente, afirmou o apoio do Ministro da Cultura à luta antimanicomial;

6.O Deputado Federal Paulo Delgado realizou explanação sobre a Reforma Psiquiátrica: processo social e promoção da cidadania;

7. Aconteceu uma mesa redonda sobre A reformulação do modelo de atenção em saúde mental: experiências de desinstitucionalização, no qual foi muito discutido o modelo de Santa Catarina. Tratou-se do IPq-Hospital Colônia de Santana. Abordou-se sobre a rede extra-hospitalar, que pelos parâmetros do Ministério da Saúde, em termos de CAPS dar uma cobertura muito boa, 67 CAPS, em Santa Catarina. Porém, isso é questionado pelos usuários dos serviços de saúde mental, pois não contempla todos os municípios. Outro dado que foi levantado foi o dos CAPS microrregional que atende de 2 até 4 municípios e que segundo os Usuários dos Serviços de Saúde Mental seria uma saída para os pequenos municípios que não possuem população suficiente para possuírem CAPS. Outro ponto que foi abordado é que o atendimento em Saúde Mental deve começar pela Atenção Básica com a implementação do NASF – Núcleo de Apoio à Saúde na Família. Foi relatado que em Santa Catarina são 42 beneficiários do Programa de Volta para Casa. Outro ponto importante levantado foi a associação entre as alterações climáticas ( desastres e catástrofes) e a saúde mental dos indivíduos, verificando-se que pessoas atingidas por essas alterações climáticas têm desencadeado um processo de agressões;

8. O CAPS AD de Florianópolis apresentou uma oficina de música;

9. Houve simpósios sobre os seguintes assuntos: Os desafios de SC para atingir 100% de acessibilidade; Processo de desinstitucionalização no Ipq/SC; Saúde Mental para além do CAPS: SRT, Pensão Protegida, Centros de Convivência e Cultura e outros dispositivos de rede; A Infância, a Adolescência e a Saúde Mental; As várias faces da desinstitucionalização: expressões e narrativas; Novos pontos na malha da rede na atenção à crise: CAPS III, Leito Psiquiátrico em Hospital Geral, Emergência Psiquiátrica;

10. Foi exibido o Documentário “ A Casa dos Mortos”- realizado por Drª Débora Diniz da ANIS- Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero;

11.O CAPS II Ponta do Coral – Florianópolis apresentou uma oficina de música;

12.Usuários do serviço de saúde mental reivindicaram uma outra forma de tratamento, para que sejam chamados de “loucos”, alegaram que é assim que o código penal os tratam. E ainda reforçaram, que são “loucos pela vida, por amor, por sexo....”;

13. À noite, houve um Baile de máscaras promovido pela Associação NAPS Ponta do Coral em Florianópolis para arrecadar fundos para associação;

14. Mesa redonda sobre A reformulação do modelo de atenção em saúde mental: experiências de desinstitucionalização- Usuário do serviço de saúde mental indagou sobre: “Qual o Projeto Terapêutico do CAPS, se é algo confidencial? E afirma: eu tenho o meu Projeto Terapêutico, se no CAPS tem um, ninguém me informa para ver se bate com o meu?”. Importante haver pacto entre os três eixos da Federação para que haja maior

Controle Social;

15. Denúncia de que o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico em SC não funciona de forma adequada;

16. Preocupação do Ministério da Saúde com os CAPS microrregionais, para que estes não virem ambulatorios, pois as cidades que são contempladas por eles com o tempo deixem de encaminhar pacientes por falta de recursos;

17. Foi lançado e apresentado o livro Pedagogia da Solidariedade de Paulo Freire, Ana Maria Freire e Walter de Oliveira;

18. Aconteceram vários mini-cursos: Atenção à Crise, Diretrizes do NASF( Núcleo de Atenção à Saúde na Família), Trabalho com famílias, Estratégias Clínicas, CAPS e Atenção Primária;

19. O Ministério da Saúde mostrou a importância da saúde mental na atenção primária pela alta prevalência dos transtornos mentais, não se pode separar mente-corpo. Vários são os argumentos de inclusão da Saúde mental na atenção primária; destacou-se que a atenção primária foi prioritariamente seletiva, não colocando a saúde mental como uma de suas prioridades. Isso se deu por uma série de hipóteses, tais como, estigma em relação ao transtorno mental, cultura de especialismos, que só especialistas em saúde mental tinham respostas para os transtornos, complexidade dos quadros das doenças, dificuldade de incorporação das pessoas com transtorno mental; hoje com a PRT 154 de 24 janeiro de 2008 do GM da Saúde ( Portaria que cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família- NASF) em seu Art. 4º, IV, §2º- recomenda-se que cada NASF deve ter pelo menos um profissional de saúde mental;

20. Denúncia: Usuário do serviço para dependentes em álcool e drogas é surrado em agosto de 2009 pelo Diretor da Clínica Missão Nova Vida-Cidade Antônio Carlos em Santa Catarina;

21. O MS afirmou que está estudando a possibilidade do CAPS AD passar a ser 24 horas;

22. Ao final do Encontro houve uma plenária onde foi elaborado um documento pela ABRASME- Associação Brasileira de Saúde Mental relatando que os dados apresentados pela Secretaria Estadual de Saúde não estavam corretos e este documento inicialmente iria ser enviado para o Ministério da Saúde, caso não houvesse resolutividade, seria então encaminhado para a Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão de Santa Catarina;

23. Outro documento que também saiu dessa plenária, foi o já citado anteriormente, que seguiu para a Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão- Drª Analúcia de Andrade Hartmann sobre a realização de um grupo de trabalho a fim de contribuir na organização de audiências públicas acerca das questões referentes à saúde mental .

Do exposto, propõe-se que a PFDC:

- I. Oficie ao Ministério da Saúde, quanto à implementação de CAPS III em Florianópolis, Leitos Psiquiátricos em Hospital Geral e Centros de Convivência e Cultura em Santa Catarina ;

II. Envie ofício circular aos PRDCs, sugerindo que convidem os Conselhos Regionais de Psicologia, Organizações de Usuários dos Serviços de Saúde Mental, a Associação Brasileira de Psiquiatria, a Promotoria da Cidadania e a Secretaria de Saúde, para que juntos avaliem o funcionamento e atendimento dos CAPS existentes e verifiquem se estão de acordo com os padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde;

III. Oficie à PRDC do Amazonas, para averiguação de denúncia oral no VIII ENCONTRO CATARINENSE DE SAÚDE MENTAL de CAPS III funcionando como CAPS I;

IV. Expeça ofício ao Ministério da Saúde solicitando a relação dos CAPS microrregionais de todas as Unidades da Federação para os municípios de pequeno porte, e caso não tendo esse tipo de assistência, quais os cuidados com a saúde mental são adotados;

V. Envie ofício à PRDC-SC, para investigar denúncia oral no VIII ENCONTRO CATARINENSE DE SAÚDE MENTAL de que os internos no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico não são tratados adequadamente;

VI. Encaminhe ofício à PRDC-SC para investigar denúncia oral no VIII ENCONTRO CATARINENSE DE SAÚDE MENTAL, de um usuário haver sofrido maus tratos do Diretor da Clínica Missão Nova Vida na Cidade de Antônio Carlos-Santa Catarina.

Respeitosamente  
Márcia Caldas  
Mat. 11.750-1  
Coordenadoria de Assessoramento Multidisciplinar  
PFDC/MPF